2° Fórum das Regiões Ultraperiféricas: juntos rumo à Europa 2020
2 a 3 de julho de 2012, Bruxelas
Nota de síntese (versão longa)

O segundo Fórum das Regiões Ultraperiféricas (RUP) da Europa, organizado pela Comissão Europeia, reuniu mais de 400 participantes oriundos das oito RUP[1], dos Estados-Membros, dos países e territórios ultramarinos (PTU), de países terceiros e representantes de todas as instituições europeias. A presente nota de síntese propõe-se resumir as principais ideias e propostas formuladas durante este encontro.

A muito oportuna data de realização deste segundo Fórum foi destacada inúmeras vezes pelos participantes, na medida em que coincidiu com a publicação da nova comunicação da Comissão sobre a estratégia europeia para as RUP: *«As regiões ultraperiféricas da União Europeia: Parceria para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo»*[2] e numa altura em que decorrem as negociações com o Conselho e o Parlamento sobre as propostas da Comissão para o quadro financeiro multianual 2014-2020 e os futuros regulamentos das políticas e programas da União Europeia após 2013.

Este segundo Fórum permitiu, assim, à Comissão Europeia apresentar a sua visão sobre as orientações estratégicas UE 2020 no contexto preciso das RUP, bem como as políticas e os instrumentos comunitários particularmente pertinentes para estas regiões. Para os representantes das RUP, o encontro foi uma oportunidade para manifestarem os seus próprios pontos de vista e as suas expectativas. Esta foi, também, uma ocasião para redescobrir e melhor dar a conhecer a realidade das RUP, tanto no que diz respeito aos seus ativos específicos como às suas próprias limitações, nos setores tradicionais e emergentes. As questões sociais relacionadas com a demografia, educação e emprego mereceram, igualmente, atenção. Deste modo, as diferentes dimensões do crescimento inteligente, sustentável e inclusivo da estratégia Europa 2020 e as suas implicações para as RUP estiveram no centro dos debates.

O Fórum teve a honra de contar com a participação do presidente da Comissão Europeia, que proferiu o discurso inaugural. José Manuel Barroso lembrou, nomeadamente, que as RUP, embora enfrentem limitações específicas, também possuem ativos importantes que é preciso valorizar para se obter um crescimento inteligente, inclusivo e sustentável e que estas regiões podem participar no dinamismo e na influência da União. Enunciou os fundamentos da renovada estratégia europeia para as RUP, uma parceria reforçada UE-RUP organizada em redor de cinco pilares: melhoria de acessibilidades, reforço da competitividade, integração regional, apoio ao desenvolvimento social e adaptação às alterações climáticas. A nova comunicação da Comissão deve constituir uma base para a ação futura: trata-se de apoiar os setores tradicionais ao mesmo tempo que se incentiva a emergência de novos setores. Isto implica investir na inovação, no crescimento verde e azul, apoiando-se em programas específicos, como o POSEI, ou em programas gerais, como o ERASMUS ou o Programa-quadro de investigação. Na perspetiva das negociações em curso para o período 2014-2020, e tratando-se de medidas específicas para as RUP, o presidente lembrou que a Comissão propõe a manutenção de uma taxa de cofinanciamento de 85 % no âmbito do FEDER, a manutenção da dotação específica para as RUP (e regiões nórdicas de baixa densidade populacional) e um aumento da dotação

[1] O presidente da coletividade de Maiote, cujo estatuto em matéria de direito comunitário deverá passar de PTU a RUP a partir de janeiro de 2014, esteve igualmente presente, acompanhado por uma delegação.
[2] COM (2012) 287 final, 20 de junho

para a cooperação territorial. Trata-se de um orçamento ambicioso num contexto orçamental restrito, concluiu.

A sessão inaugural e o plenário que se seguiu foram consagrados às intervenções dos representantes das instituições europeias, dos ministros dos Estados-Membros com RUP e dos presidentes das RUP.

O presidente do Governo dos Açores, Carlos do Vale César, que assegura a presidência da Conferência de Presidentes das RUP, destacou as perspetivas oferecidas pela última Comunicação da Comissão, nomeadamente no que respeita à consideração das especificidades das RUP nas políticas da União, bem como a pertinência dos princípios consagrados. Mas considerou que, ainda assim, continua a ser necessária uma maior flexibilidade na afetação dos fundos estruturais e que a questão dos transportes e da energia devem ser objeto de uma abordagem mais ambiciosa, por exemplo, através da implementação de um programa específico do género do POSEI. Por fim, Carlos do Vale César recordou que as RUP deverão ser totalmente envolvidas em futuros acordos de parcerias entre a UE e os Estados-Membros, por ligação ao plano de ação UE 2020 exigido a cada região.

Johannes Hahn, comissário para a política regional e responsável pela coordenação das questões relacionadas com as regiões ultraperiféricas, recordou que as RUP possuem tesouros e que poucos europeus continentais apreciam o seu verdadeiro valor, o seu contributo para a UE e o seu potencial. Trata-se de explorar a fundo este potencial, sem contudo minimizar as limitações específicas enfrentadas pelas RUP, distinguindo entre aquilo que pode ou não ser alterado. Se, por exemplo, a distância é imutável, já as perspetivas de emprego e crescimento podem ser alteradas no contexto de a crise ter tido duros efeitos nas RUP em matéria de desemprego, em particular entre os jovens, defendeu Hahn. A Comissão no seu conjunto, concordou que as RUP devem beneficiar de todas as políticas comunitárias; o objetivo é investir na modernização e na diversificação das economias das RUP de modo a que estas se tornem mais autónomas, robustas e geradoras de empregos sustentáveis. Deste modo, a prazo, o conceito de subvenções tornar-se-á, idealmente, irrelevante, afirmou o Comissário. A UE deve ajudar as RUP a tirarem partido dos seus ativos únicos e a ultrapassarem as limitações residuais na integração no mercado único e com as regiões vizinhas. O comissário lembrou que, na prática, várias foram as medidas específicas pedidas à Comissão. Em muitos casos, a resposta da Comissão foi positiva, como demonstra a aprovação do princípio de estudos de impacto das futuras políticas na dimensão das RUP, a tomada em consideração das especificidades das RUP nos acordos comerciais e nos acordos de pesca ou, ainda, a promessa de uma zona de acesso exclusivo para as RUP francesas, a nova análise à cobertura do programa POSEI (de modo a incluir a «madeira da Guiana», por exemplo), a possibilidade de criação de novas rotas marítimas e aéreas com as regiões vizinhas e a eventual reconsideração da regra dos 150 km para a cooperação transfronteiriça, caso o Conselho o deseje. No período de 2014-20 serão alocados fundos estruturais significativos a domínios cruciais para as RUP, em particular para a inovação (no sentido lato do termo), para as PME e para as energias sustentáveis. A dotação específica é mantida e as RUP poderão decidir como a utilizam, embora o comissário sugira que esta seja usada a favor do investimento na inovação e na diversificação dos setores económicos.

Cada uma das RUP, em conjunto com o seu Estado-Membro, deverá ser proativa na preparação da sua própria estratégia e no estabelecimento de um plano de ação, tirando

proveito dos instrumentos e dos fundos disponíveis, para além de apenas os da política de coesão. O Comissário Hahn manifestou ainda a sua intenção de que o grupo interserviços da Comissão dedicado às RUP se transforme numa *task force* e que a Comissão examine os progressos realizados na implementação da estratégia, o mais tardar, em 2017.

Victorin Lurel, o ministro francês do ultramar, considerou, também, que o artigo 349.º deve ser a referência para a implementação de todas as políticas da UE nas RUP e que os princípios consagrados na nova Comunicação com vista a transformar as RUP em territórios de excelência da Europa são pertinentes, ainda que não contenham suficientes medidas mais concretas. A iniciativa POSEI merecia, por exemplo, ser alargada a outros setores, incluindo o da pesca. O ministro mencionou, igualmente, a necessidade de se manter a flexibilidade na aplicação do princípio da concentração temática (devido ao atraso em matéria de equipamentos estruturais nas RUP) e de se poder contar com um instrumento eficaz a nível de cooperação regional, com a coordenação FED-FEDER a continuar difícil de aplicar na prática. Por fim, para ter em conta a chegada de Maiote às RUP, será conveniente adotar dotações adicionais de fundos relevantes e atribuir-lhes os prazos necessários para a aplicação do acervo comunitário.

O secretário de Estado adjunto e dos assuntos europeus de Portugal, Miguel Morais Leitão sublinhou, por seu lado, que as RUP são as regiões mais afetadas pela crise e lamentou que, apesar disso, a dotação financeira anunciada para as RUP no período de 2014-20 tenha sido reduzida, particularmente no que respeita às RUP portuguesas. Como implementar os objetivos UE 2020 a nível regional quando as limitações e custos suplementares estão sempre tão presentes? Em todo o caso, em matéria de concentração temática, é necessário considerar as RUP como regiões com atrasos no desenvolvimento, preservar o regime de pré-financiamento local e flexibilizar as regras de cooperação transfronteiriça (supressão do limite dos 150 km).

Alfonso María Dastis Quecedo, embaixador e representante permanente da Espanha na UE, recordou que o contexto de crise económica e financeira coloca em evidência as fraquezas estruturais das RUP. Depois, indicou que a nova Comunicação da Comissão é encorajadora, com base nas conclusões do Conselho dos Negócios Estrangeiros de 14 de junho de 2010, sob a presidência espanhola. Todavia, ainda é necessário adicionar-lhe medidas mais concretas, em particular no que respeita à implementação das medidas específicas, com a tónica a ser colocada, sistematicamente, apenas na adaptação dos instrumentos comunitários existentes. O embaixador considerou que as circunstâncias impõem um maior recurso ao artigo 349.º.

O presidente do Governo Regional das Canárias, Paulino Rivero Bauté, considerou que o teor da Comunicação é insuficiente e dececionante, tendo em conta, nomeadamente, o peso demográfico das Canárias (que equivale ao conjunto das populações do Chipre, Malta e Luxemburgo). Ainda que o PIB por habitante seja relativamente alto e que a região tenha o melhor desempenho de Espanha em matéria de finanças públicas, o desemprego é muito elevado (taxa de desemprego de 30 % e o número de desempregados equivale a 80 % da população do Luxemburgo ou à totalidade da população de Malta). Segundo ele, esta situação não foi tida em consideração na proposta de dotação específica para as RUP, que sofreu uma forte redução (de 35 euros para 20 euros por habitante) e que mantém uma taxa de co-financiamento rígida nos 50 %. A problemática do transporte regional para os países vizinhos das RUP não se materializa, à semelhança de um plano de emergência para a formação e o emprego que

será fundamental para as RUP. O presidente reivindicou que a UE deve mostrar-se mais solidária e fornecer às populações das RUP os meios para uma maior equidade e melhor igualdade de oportunidades.

O presidente do Conselho Regional da Guiana, Rodolphe Alexandre, recordou as fortes singularidades do seu território (ancoragem sul-americana, superfície equivalente à de Portugal, recursos minerais e planalto continental) e as ainda muitas ações a desenvolver em matéria de transportes interiores, planeamento urbanístico, desenvolvimento de infraestruturas básicas (água, eletricidade, TIC…) num contexto de crescimento demográfico explosivo, com o todo a implicar um processo de divergência com o nível de rendimento comunitário. Face a isto, o teor da última comunicação, ainda que contenha alguns avanços (por exemplo, a extensão do POSEI ao canal de distribuição da madeira), mantém-se aquém das expectativas guianesas apoiadas pelos memorandos sobre as RUP e pelo relatório Solbes. A baixa dotação específica é lamentável, a concentração temática permanece inadaptada e o problema da coordenação FED-FEDER não tem uma solução concreta, tal como o problema das normas (por exemplo, para a circulação de camiões no eixo Acapa-Georgetown). Se a Guiana é um importante ativo para a Europa, esta deve ajudá-la a colmatar o atraso nas suas infraestruturas e a aproveitar as oportunidades futuras, concluiu o presidente Alexandre.

O presidente do Conselho Regional de Reunião, Didier Robert, destacou a participação voluntária da sua região na estratégia UE 2020 através da abordagem de *clusters* inovadores e da abertura aos mercados exteriores. Todavia, lamentou que as conclusões propostas na última Comunicação não tragam muitos progressos à iniciativa de diferenciação das políticas comunitárias nas RUP e considerou que a redução na dotação específica é deplorável, tal como a ausência de uma suficiente revisão do regulamento sobre a cooperação territorial ao nível da implementação conjunta do FED-FEDER, a falta de flexibilidade a nível de concentração temática e a falta de consideração pelo contexto das pescas, que é radicalmente diferente nas RUP. A manutenção das ajudas às empresas, o sistema fiscal específico aplicado ao rum e, por fim, os direitos de importação por mar são cruciais para a economia das RUP. Para o presidente Robert, é necessário discutir um verdadeiro pacto para as RUP 2020.

O presidente do Conselho Regional da Martinica, Serge Letchimy, reconheceu os progressos realizados na implementação de políticas comunitárias nas RUP, mas lamentou que a dimensão da coesão social não tenha sido tida em conta ao nível dos requisitos e das necessidades. A dotação do POSEI deve ser aumentada e a sua gestão deve ser feita ao nível das regiões. Tendo em conta o nível de desemprego, em particular entre os jovens, é vital que o crescimento se torne inclusivo num contexto em que os seus efeitos indiretos (o lucro) vão para os acionistas e não para o emprego e para a criação de atividades. Neste contexto, Letchimy propôs um «protecionismo incubador», como indício de resposta à urgência social imposta pelo desemprego, de modo a redinamizar o crescimento endógeno e a permitir às RUP fazerem sobressair as condições do seu crescimento. Esta proposta baseia-se na lógica da cláusula de salvaguarda que pode ser invocada em caso de perigo social que o justifique, nos termos do artigo 349.º, na subida dos direitos alfandegários nas fileiras consideradas importantes e selecionadas de acordo com três critérios: as vantagens comparativas reais ou emergentes, a criação de postos de trabalho estáveis e o contributo para o desenvolvimento sustentável. A ideia é ativar mecanismos de protecionismo destes setores durante 10 anos, de modo a criar, ao abrigo da concorrência internacional exacerbada, as condições para a

estruturação económica e consolidar a economia das RUP, defendeu o presidente Letchimy.

O presidente do Conselho Territorial de São Martinho, Alain Richardson, depois de ter contextualizado a evolução estatutária e a geografia desta pequena ilha partilhada com um território dos Países Baixos (Sint Marteen,PTU), revelou que a sua administração se tinha pronunciado, através de uma moção com data de 12 de junho último, a favor de um programa operacional próprio, separado de Guadalupe. Há atrasos a nível de infraestruturas que precisam ser colmatados (porto, aeroporto, estradas, habitat, saúde, ensino, etc.) e a cooperação com os PTU vizinhos deve ser desenvolvida de modo a fazer crescer a atratividade e a competitividade do território no quadro da estratégia 2020.

O vice-presidente do Governo Regional da Madeira, João Cunha e Silva, felicitou, por seu lado, o renovado reconhecimento pela especificidade das RUP, incluindo pelo Parlamento Europeu cuja resolução e o relatório 2012 mostram a via a seguir (Relatório Teixeira). As RUP trazem uma dimensão mundial à UE, mas o caminho para alcançar os objetivos 2020 esbarra em obstáculos estruturais (fragilidade do tecido económico, abandono escolar, etc.), ao mesmo tempo que as condições para avançar são mais hostis, como demonstra o pequeno número de universidades e a falta de massa crítica. Neste contexto, a redução brutal de apoios financeiros comunitários não é coerente com as necessidades de incentivos e apoios para a excelência ambicionada pela Comissão. Além disso, o território continua a ser muito vulnerável, como demonstrado pelas inundações de fevereiro de 2010 que num só dia tiveram um custo equivalente ao montante dos fundos europeus recebidos durante todo o período de 2007-13. Ainda que o estatuto de RUP exista no direito comunitário, a política de coesão não propõe um tratamento verdadeiramente diferenciado, afirmou Cunha e Silva, adiantando que um outro exemplo de insuficiente consideração é o fraco apoio comunitário à zona franca da Madeira, que foi criada para diversificar e modernizar a economia.

Por fim, o vice-presidente da Comissão de Assuntos Europeus do Conselho Regional de Guadalupe, Alex Falémé, destacou o forte caráter político deste segundo Fórum das RUP e fez votos para que possam ser encontradas respostas operacionais e inovadoras para os desafios do crescimento inteligente nas RUP, salientando que embora a última Comunicação tenha sido bem acolhida, esta deve aprofundar a análise e ir mais longe nas medidas propostas. A título de exemplo, citou a problemática dos Acordos de Parceria Económica (APE) e a necessidade de uma maior reciprocidade nos regimes comerciais entre ilhas e de uma materialização mais concreta da liberdade de circulação (ainda travada pelo elevado custo dos transportes).

O presidente do Conselho Geral de Maiote, Daniel Zaidani, manifestou a sua satisfação por ter sido convidado, como observador, para este evento que coincidiu com o processo de evolução do estatuto de Maiote para se tornar uma RUP, estatuto esperado com muito entusiasmo pelos maiotenses.

Os dois representantes da Conferência de Deputados das RUP, os membros do Parlamento Europeu Maria do Céu Patrão Neves e Luis Paulo Alves, sublinharam, nas suas intervenções respetivas, o consenso existente para considerar as RUP como um «ativo» para a UE, emprestando-lhe uma imensa Zona Económica Exclusiva (ZEE), o alargamento das suas fronteiras e um alcance planetário, um imenso reservatório de biodiversidade, um laboratório para as energias renováveis… Deste modo, as RUP saíram do modelo reivindicativo tradicional no qual eram consideradas quase exclusivamente como um encargo para a UE, mas, ainda assim, a necessidade de continuar a responder

às suas limitações específicas e minimizar/compensar os efeitos, não desapareceu. Consequentemente, para apoiar os setores emergentes, reduzir o défice de acessibilidades e manter o apoio aos setores tradicionais é necessário não reduzir as dotações financeiras. Mas é isto que é proposto para a dotação específica (uma redução de quase 50 %), quando a dotação para as regiões «competitividade e emprego», as mais ricas da União, sofre apenas uma ligeira redução (-3 %). No contexto da estratégia UE 2020, as RUP têm, mais que nunca, necessidade de beneficiar do direito à diferença e do princípio de coerência entre os meios e os objetivos. Deste ponto de vista, o recurso ao paradigma da gestão baseada nos resultados é indispensável para que se alcance esta coerência e a abordagem por via dos instrumentos específicos, tipo POSEI, parece ser a mais adequada, afirmaram.

No encerramento da sessão inaugural, o comissário Johannes Hahn indicou que a questão da concentração temática é, frequentemente, motivo de confusão na medida em que não deve ser considerada de modo restritivo nem negativo, mas sim ser interpretada em sentido lato: apoio às PME, à criação de emprego… Do mesmo modo que a inovação não deve ser vista sob um ângulo unicamente tecnológico, mas de forma mais lata, nomeadamente, em termos de marketing, de governação, etc. Na realidade, trata-se de encontrar um equilíbrio entre objetivos locais e objetivos comunitários. Para fazer avançar as regiões totalmente autónomas no plano económico, deve manter-se em mente a necessidade de investir e de «melhor distribuir», isto é, de alocar dotações em domínios nos quais se esperam benefícios de crescimento a médio e longo prazo. Deste ponto de vista, o comissário espera que as RUP respondam de forma positiva ao convite que lhes foi feito para elaborarem um Plano de Ação UE 2020, que será a base de um diálogo reforçado entre parceiros.

AS MESAS REDONDAS

As quatro mesas redondas, que reuniram os representantes das Direções-gerais da Comissão, os agentes públicos e privados das RUP e os peritos, permitiram abordar de forma mais precisa as problemáticas estruturantes para as RUP.

Antes da abertura da primeira mesa redonda, Jean-Claude Thébault, diretor-geral do Gabinete de Conselheiros de Política Europeia da Comissão (BEPA), fez um discurso sobre o tema «***Que modelo de governo para as novas estratégias de desenvolvimento?***». De acordo com o Tratado de Lisboa, e num contexto de crise económica e financeira, a UE deve reforçar a sua governação política e económica. Para as RUP, uma melhor gestão significa que a política de coesão, que é o instrumento chave, ainda que não o único, da estratégia comunitária a este respeito, seja renovada, mais focada, mais dinâmica, com uma maior participação das autoridades regionais, do setor privado e da sociedade civil. O novo impulso para o crescimento e o emprego reside no binómio solidariedade-responsabilidade e procura uma maior alavancagem e vantagens comparativas mais fortes em matéria, nomeadamente, de política marítima integrada e crescimento azul, de TIC, etc.

Foi, de seguida, aberta a primeira mesa redonda sobre o tema «***O mar, para um crescimento azul das RUP***».

As duas primeiras intervenções levadas a cabo pela Comissão (DG MARE e DG RTD) foram consagradas a uma descrição da política marítima integrada (PMI) e da iniciativa de crescimento azul. Trata-se de uma nova abordagem à gestão marítima que é acompanhada por uma agenda marítima europeia partilhada e por instrumentos

transversais para um tratamento inclusivo e eficiente dos diferentes subsetores deste novo *cluster* marítimo: para além da pesca, da proteção e da vigilância dos espaços marítimos, envolve a exploração da energia marítima, os recursos minerais, a biotecnologia e a farmacêutica marítimas, o turismo costeiro, a aquacultura, etc. Os meios financeiros reservados a esta política no período 2014-2020 estão ainda em discussão no quadro do futuro Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP). Os setores supramencionados são, certamente, de grande importância para as RUP.

A «Estratégia Atlântica» reúne, por seu lado, todos os agentes e Estados-Membros banhados pelo Atlântico; está em preparação um Plano de Ação para março de 2013. A dimensão da investigação e inovação é integrada neste *cluster* através, nomeadamente, do 7.º PQIDT, que financiou dois projetos nas RUP (Canárias e Reunião). Um último apelo à apresentação de propostas em matéria ambiental (incluindo as alterações climáticas), publicado em 10 de julho de 2012, deverá receber propostas relacionadas com o mundo marítimo, incluindo uma vertente sobre a gestão sustentável da biodiversidade das RUP e dos PTU.

As intervenções dos representantes das RUP deram conta das iniciativas em curso no terreno, em matéria de investigação oceanográfica (incluindo a cartografia das profundezas marítimas) e de pesca nos Açores, as limitações e os ativos para a emergência de uma política marítima em São Martinho e as pescas nas RUP francesas. A este respeito, descreveram-se os atrasos de desenvolvimento que é necessário colmatar (conhecimento dos ecossistemas e dos recursos, capacidades das frotas, infraestruturas coletivas a jusante da fileira), no contexto da abundância de recursos pelágicos e da forte concorrência de frotas estrangeiras de baixo custo.

Por último foi apresentada a iniciativa do «Pacto para as ilhas»: lançada pelo Parlamento Europeu com financiamento da DG ENER, tem por objetivo reduzir em 20 % as emissões de CO_2 até 2020, através do desenvolvimento de um canal de projetos viáveis em termos bancários em matéria de energias próprias. O Pacto foi assinado por 62 regiões insulares, entre as quais três RUP.

Durante o **debate** que se seguiu, os Açores referiram o muito elevado custo das prospeções em curso em águas profundas, para as quais se solicitou o apoio da UE; a Reunião interrogou a Comissão sobre o eventual lançamento de uma política marítima integrada (PMI) no Oceano Índico (com base no Livro Azul da França sobre o Oceano Índico)[3] e sobre o lançamento de uma possível cooperação com os Açores em matéria de cartografia marítima. As Canárias relembraram o custo proibitivo da eletricidade local e manifestaram a necessidade de um planeamento marítimo específico. A questão da adoção e aplicação de um verdadeiro POSEI para as pescas, de modo a compensar os custos suplementares no contexto do desmantelamento pautal, voltou a ser abordada, tal como a necessidade de se implementarem os grandes projetos focados para as RUP em matéria marítima, uma vez que nos programas não focalizados a concorrência é de tal ordem que estas regiões não conseguem posicionar-se com sucesso com a frequência desejada.

[3] Em resposta, a Comissão convidou a Reunião, a única RUP no Oceano Índico, a participar nas discussões sobre a PMI Atlântica, uma vez que o objetivo deste processo é forjar parcerias público-privadas. Recordou-se a organização do Fórum Atlântico nos Açores, em setembro de 2012, sobre o tema dos recursos marítimos.

A segunda mesa redonda foi consagrada ao tema «***A agricultura e o desenvolvimento rural nas RUP - rumo a um crescimento sustentável***». Numa primeira intervenção, a Comissão (DG AGRI) recordou os dois pilares da PAC e a sua adaptação às RUP, com o desvio, no que respeita ao primeiro pilar e desde 2006, para o programa derrogatório POSEI que permite às RUP continuarem a beneficiar de ajudas à produção agrícola não dissociadas e não decrescentes (e cobrindo, igualmente, o regime específico de aprovisionamento) num montante estável de cerca de 4 mil milhões de euros no período 2007-2013. No quadro do segundo pilar, o do desenvolvimento rural, as RUP beneficiam de um tratamento mais favorável com uma taxa de cofinanciamento máxima de 85 % em todos os eixos. Relativamente ao período 2014-20, a Comissão propôs a manutenção do POSEI com alterações limitadas em conformidade com o Tratado de Lisboa e a autorização de uma taxa máxima de cofinanciamento de 75 % no desenvolvimento rural.

As intervenções seguintes partiram de agentes nacionais do setor agrícola das RUP. As condições de exploração agrícola nas RUP foram relembradas (limites nas superfícies utilizáveis, pequena dimensão das explorações, afastamento dos mercados), bem como o papel estratégico desempenhado pelo setor agrícola em matéria de emprego, de laços com a agroindústria, de exportações, de ordenamento do território e de ambiente. Por unanimidade, o regime POSEI é considerado como tendo efeitos muito positivos, tendo em conta os montantes financeiros e a sua flexibilidade. As RUP consideram, porém, que o aumento do seu orçamento para os próximos anos é necessário para fazer frente às implicações da liberalização comercial (banana, carnes, leite, etc.) assim como à ambição de reconquista do mercado interior e à possibilidade de alargamento do regime às explorações mais pequenas. Há, também, a questão do alargamento do regime a outras fileiras (a madeira na Guiana, por exemplo). As iniciativas desenvolvidas no âmbito do 2.º pilar também foram ilustradas (irrigação, cultivo em montanha, agricultura biológica, etc.) e consideradas muito úteis. Os agentes no terreno consideram, porém, que a concentração de um mínimo de 25 % para as medidas agroambientais é muito difícil de aplicar. A experiência de intervenção do CIRAD no plano de desenvolvimento sustentável da banana nas Antilhas foi igualmente relatada como muito positiva, no momento em que o surgimento de uma nova doença, a cercosporiose negra, exigiu uma resposta adequada, incluindo uma vertente de cooperação regional em coordenação com o FED-FEDER.

Durante o **debate**, a necessidade de reforço da dotação do POSEI foi várias vezes destacada, enquanto se relembrou o importante papel da autorização da ajuda do Estado em determinadas circunstâncias. Foi igualmente sugerido um alargamento dos apoios do POSEI às formas de organização inovadoras, para além apenas das organizações de produtores.

Antes da abertura da terceira mesa redonda, a DG MOVE, da Comissão, apresentou uma exposição sobre o tema «***Facilitar a interligação nas regiões europeias***». No seu Livro branco sobre os transportes, em 2011, a Comissão estabeleceu dois grandes objetivos - «para uma boa utilização de recursos» e «rumo a um espaço de transporte único» - e quatro grandes eixos (os 4 «i»): a integração no mercado único[4], as infraestruturas (RTE e sistemas inteligentes)[5], a inovação e as relações internacionais. O

[4] Neste eixo merecem destaque dois projetos em aplicação nas RUP: o projeto CIVITAS, no Funchal, e o projeto COSTA, na Madeira, respetivamente, para o transporte comum (prémio «RegioStars» e para as autoestradas marítimas (gás natural, combustível para barcos).

[5] Uma proposta de outubro de 2011 visa o desenvolvimento de uma rede básica principal a terminar até 2030, que inclua projetos de grande valor acrescentado (por exemplo, o porto de Las Palmas), com os outros projetos

projeto do céu único europeu também foi mencionado, com um bloco do sudoeste da Europa, integrando a Espanha, Portugal e as respetivas RUP, bem como as «autoestradas marítimas»[6], o instrumento mais importante para a ajuda ao transporte marítimo no próximo quadro de financiamento multianual.

O tema «***Os desafios societais e o crescimento inclusivo nas RUP***» dominou a terceira mesa redonda do Fórum, que começou com uma apresentação do estudo encomendado pela Comissão Europeia ao INED sobre as tendências demográficas e migratórias nas RUP. Foi, assim, traçado um panorama sobre a profunda mutação demográfica em curso nas RUP. Esta mutação resulta de uma transição demográfica muito rápida (com uma duração inferior a 50 anos) que está a conduzir a um envelhecimento acelerado, ou mesmo a uma diminuição futura da população nas Antilhas francesas – com a Guiana e São Martinho a constituírem a exceção com uma explosão demográfica ligada a uma intensa imigração. Os movimentos migratórios desempenham, aliás, um papel crucial nesta dinâmica de conjunto[7], em particular, em termos de composição estrutural da população (por idade, nível de qualificação, etc.). Nas RUP com um declínio demográfico anunciado, a dependência efetiva vai crescer fortemente (diminuição do rácio de ativos face aos inativos) e, com esta, as despesas de saúde, o que tem um impacto sobre a durabilidade das políticas sociais.

A Comissão (DG EAC) apresentou os objetivos comunitários em matéria de ensino superior[8] e o programa Erasmus, cuja Carta foi assinada por 53 estabelecimentos das RUP. Para o período 2014-20 é proposto um programa único, integrado e mais visível, o «Erasmus para todos», tendo em vista a mobilidade individual (estudantes e docentes-investigadores), projetos de cooperação entre os agentes e um apoio às políticas a serem aplicadas pelos Estados-Membros. É proposto um orçamento 70 % mais elevado, ascendendo a 19 mil milhões de euros para os sete anos. O 1.º eixo, «Mobilidade», do futuro programa, tem em mira uma maior abertura a países terceiros e ao internacional e incluirá um apoio a todos os estudantes oriundos de sítios remotos – deste ponto de vista, um sinal para que o futuro regulamento possa atribuir aos estudantes das RUP um tratamento igual ao conferido aos dos países terceiros, cujas bolsas são mais elevadas.

A DG EMPL por seu lado, apresentou o «pacote sobre o emprego»[9], bem como as recomendações aos Estados-Membros, seguindo o exemplo da França. Estas aplicam-se tanto à França como às RUP francesas, na medida em que a taxa de emprego é bastante inferior nestas últimas (50-55 % contra 69 %) e que o desemprego dos jovens é extremamente elevado (superior a 50 %). A Comissão Europeia decidiu levar a cabo uma ação especial da UE em oito Estados-Membros onde a taxa de desemprego é superior a 30 %: ainda que a França não seja globalmente envolvida, continua a ser possível uma ação nas suas RUP. O FSE[10] continuará a ser o instrumento privilegiado e entre as suas

---

a serem integrados na rede geral com a utilização de instrumentos financeiros inovadores (garantias, «project bonds»).

[6] Definidos como devendo ligar pelo menos dois Estados-Membros, sendo que pelo menos um porto deve pertencer à rede central e o outro pode pertencer à rede global.

[7] Imigração laboral nas Canárias, imigração de povoamento na Guiana, imigração mista em São Martinho, emigração de naturais das Antilhas e regresso dos reformados.

[8] Aumentar a taxa de diplomados do ensino superior até 40 % do grupo etário, desenvolver a mobilidade e modernizar os estabelecimentos

[9] Publicado através da Comunicação de 18 de abril de 2012.

[10] No período 2007-13, o orçamento do FSE é de 1300 milhões de euros para as RUP, 900 milhões dos quais para os DOM.

prioridades irão figurar o investimento na luta contra o desemprego dos jovens, o envelhecimento ativo, a luta contra o insucesso escolar, etc.

Os representantes das RUP deram, de seguida, os seus testemunhos sobre aquilo com que são confrontados no terreno:

- expectativas de um elevado desemprego e de um rápido envelhecimento da população em Reunião, que desenvolveu um projeto de mobilidade «alternada», mas que enfrenta os custos (elevados) das deslocações[11], que até aqui não eram tidos em conta pelo Erasmus; a Reunião pretende, além disso, implementar um «Erasmus do Oceano Índico»;
- a Martinica está a viver uma dinâmica de implosão demográfica com a emigração dos ativos, o envelhecimento acelerado e o anunciado desaparecimento de 100 000 postos de trabalho até 2040, pelo que existe um considerável risco de empobrecimento da população;
- as Canárias lutam contra uma forte subida do desemprego desde 2008 (com uma taxa de desemprego superior a 30 % e que chega aos 54 % para os jovens) na planificação de uma política ativa de emprego, a estratégia Canárias 2020 foi alinhada à estratégia UE 2020 com uma forte vertente social.

Durante o **debate**, foram sugeridos vários cursos de ação: desenvolvimento de um programa específico para a mobilidade e o ensino superior nas RUP, permitir uma maior participação nos diferentes programas comunitários em matéria de educação, entre os quais o Leonardo e o Grundtvig, para as formações de curta duração, implementação de uma cooperação com os Estados vizinhos (de modo a que o intercâmbio não se realize apenas com o continente europeu), desenvolvimento mais sistemático das competências linguísticas dos jovens nas RUP, etc.

Por último, a quarta mesa redonda foi consagrada ao tema «***Competitividade e empreendedorismo nas RUP, para um crescimento inteligente***».

Numa primeira intervenção, a Comissão (DG REGIO) destacou o papel das PME e do empreendedorismo (autoemprego e *start-ups*), agentes principais do crescimento inteligente e da criação de emprego. No período em curso, as PME tiveram à sua disposição um total de 25 mil milhões de euros, de entre um total de 55 mil milhões de euros consagrados ao apoio regional às empresas. Todavia, estas continuam insatisfeitas com as ações adotadas: uma dinâmica de confiança deve ser instalada através de uma parceria acrescida com as instituições europeias, oferecendo serviços de acompanhamento para além de meras ferramentas financeiras. A plataforma S3 (Smart Specialisation) para uma especialização inteligente a nível regional também foi referida: 65 regiões inscreveram-se até agora, entre as quais algumas RUP.

A experiência cipriota muito positiva em matéria de microcrédito foi, de seguida, partilhada pelo «Cooperative Central Bank». Empréstimos, até um limite de 25 000 euros, são concedidos às microempresas (com menos de 10 funcionários e menos de dois milhões de euros de volume de negócios) sob financiamento do BEI/FEI através do instrumento de microfinanciamento «Progress». Outro segmento também implementado diz respeito ao crédito às PME, com base nos programas JASMINE e JEREMIE.

[11] De acordo com a oradora, o BCE reconheceu que excluiu as RUP (com exceção dos Açores e da Madeira) da *Euro Run Competition* 2012 exatamente por as restrições orçamentais não permitirem cobrir o custo das deslocações, considerados demasiado elevados…

No domínio das telecomunicações, a DG CNECT[12] lembrou os enormes ganhos de produtividade transetorial gerados pelas TIC, adiantando que este é apenas o início desta revolução tecnológica e que é preciso estar-se preparado para as aceleradas evoluções em curso, nomeadamente em termos de alta velocidade. No que respeita às RUP, a sua participação nos programas TIC/CIP permanece limitada e, por outro lado, as suas ligações através de cabos submarinos continuam por concluir, na medida em que frequentemente o cabo ativo e operacional é único – o que gera um risco de descontinuidade do serviço em caso de acidente – e não permite uma alta velocidade. Cada Estado-Membro afetado é convidado a desenvolver um capítulo RUP na sua estratégia de alta velocidade. Para a implementação é possível recorrer aos fundos estruturais; o instrumento «Connecting Europe», em negociações para 2014-20, irá possibilitar o financiamento de ações em parcerias público-privadas (PPP) em zonas que não as mais rentáveis[13].A voz das RUP deverá fazer-se ouvir nos «Open Days» da DG CNECT (organizados, normalmente, em junho). De notar, também, que a Diretiva 717/2007 CE sobre o *roaming* abrange as RUP.

Numa terceira intervenção, a Comissão (DG ENTR) recordou que 85 % dos novos postos de trabalho na Europa são criados por PME e que esta proporção é ainda mais elevada nas RUP. A política comunitária em matéria de desenvolvimento do empreendedorismo é considerada um excelente instrumento de política regional: esta é local, economicamente sustentável, setorialmente equilibrada[14] e engloba o conjunto da população. O empreendedorismo implica a preparação de bens e serviços recebidos pelo mercado, incluindo ao nível do setor público[15]. A política comunitária é composta por dois pilares: a melhoria do quadro e das condições para a empresa, por um lado, e, por outro, o desenvolvimento do espírito e da cultura de empresa, nomeadamente junto dos alunos do ensino secundário, das mulheres e dos idosos. Esta política desdobra-se em vários programas europeus – a Comissão lançou, em 9 de junho de 2012, uma consulta pública com vista à elaboração de um Plano de Ação europeu para o empreendedorismo.

Os representantes das RUP deram, por seu lado, testemunho das suas situações estratégicas: as Canárias e a Reunião descreveram as respetivas políticas de competitividade e de especialização inteligente, apelando à preparação de um instrumento específico para as RUP nesta matéria. No que se refere à revisão das ajudas estatais, a Reunião sugeriu a simplificação do controlo da proporcionalidade de ajudas e uma maior coerência/simplificação/flexibilidade para que as empresas das RUP possam ser apoiadas, independentemente da sua dimensão (sabendo que na maioria se trata de PME e de microempresas) e de modo a garantir/estabilizar a conjuntura negocial.

Os Açores lembraram a importância dos instrumentos de apoio financeiro para o investimento e a Martinica insistiu na investigação de «competitividade/qualidade» e na dos nichos de alto valor acrescentado, como o caso do rum, num contexto em que os custos comparativos permanecem muito desfavoráveis às RUP, por comparação com os países em desenvolvimento vizinhos. Além disso, a Martinica considera crucial a manutenção das ferramentas existentes (ajuda ao frete, direitos de importação por mar, compensação dos custos suplementares, etc.); do mesmo modo, a definição europeia de PME não deve implicar a exclusão das empresas dos Departamentos do ultramar

[12] A DG CNECT sucedeu à DG INFSO a partir de 2 de julho de 2012.
[13] Isto é, outros além dos urbanos e dos suburbanos.
[14] Segundo o orador, esta é «agnóstica» no plano sectorial, o que quer dizer que não predefine qualquer setor particular em termos de elegibilidade, o que permanece em aberto.
[15] Quando os funcionários também desenvolvem um estado de espírito empreendedor.

franceses (DOM). Por último, o Centro de Empresas e Inovação da Madeira (CEIM) descreveu os resultados de sete anos de experiência com o projeto regional *rs4e*[16] sobre o gosto de empreender desenvolvido junto das novas gerações.

Seguiram-se outros relatos sobre a experiência a nível regional, em matéria de desenvolvimento industrial, de política de empreendedorismo e de energias renováveis durante o período de debate com a sala.

Na **sessão de encerramento**, o presidente da Conferência de Presidentes das RUP, Carlos do Vale César, destacou o elevado nível das intervenções e dos debates e congratulou a participação ativa dos políticos e dos agentes/representantes das regiões; de seguida propôs uma síntese das discussões, sublinhando que estas estiveram em linha com as conclusões do Relatório Solbes.

A representante da Presidência cipriota da União, Angela Droussiotou, felicitou a Comissão pelas frutíferas discussões possibilitadas por este 2°Fórum, recordou o princípio da igualdade de oportunidades para todos os cidadãos europeus e indicou que Chipre está consciente dos desafios com que as RUP se debatem e da necessidade de respeitar/utilizar o artigo 349.º do TFUE.

Por seu lado, a Comissão, através do diretor-geral da DG REGIO, Walter Deffaa, propôs quatro ideias principais, em jeito de conclusão:

- a necessidade de as RUP se inscreverem na estratégia UE 2020, com especial destaque para os setores inovadores e emergentes a par do apoio aos setores tradicionais;
- a necessidade de se dar mais atenção à realidade das RUP para aí implementar as políticas europeias da forma mais adequada e eficaz possível;
- a necessidade de dar seguimento aos apoios financeiros e às medidas derrogatórias para o crescimento nas RUP;
- a necessidade de compreender as preocupações das RUP com vista a dar-lhes especial atenção nas negociações em curso para o período 2014-2020, de forma coerente com o espírito da Comunicação da Comissão de junho de 2012 (COM(2012) 287 final).

Foi, finalmente, marcado encontro para a terceira edição do Fórum em 2014.

[16] *Road Show For Entrepreneurship*

Esta síntese dos trabalhos do 2°Fórum das Regiões Ultraperiféricas foi elaborada por um consultor externo. Esta não vincula a Comissão Europeia.